

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNESC
2018-2019-2020

CRICIÚMA
2018

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – **Fone (48)3431-2500/Fax (48)3431-2750** -CEP 88806-000 Criciúma/SC.(www.unesc.net)

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
– UNESC

Reitora
Profa. Dra. Luciane Bisognin Ceretta

Vice-Reitor
Daniel Ribeiro Prevê

Pró-Reitora Acadêmica
Profª. Dra. Indianara Reynaud Toreti Becker

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Prof. Me Thiago Rocha Fabris

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO^{1,2,3,4}

- **Representantes Docentes:**
Thiago Henrique Almino Francisco (Coordenador)
Guiomar da Rosa Bortot
Ângela Costa Piccinini
- **Representantes Técnicos Administrativos:**
Anne Marie Scoss
Clarita Maria Torquato
Marlete Borges Cechella
Camila Pacheco Batanolli (Suplente)
- **Representantes Sociedade Civil Organizada:**
Sandra Helena Búrigo Rosso - Conselho Municipal de Educação
Maria Julita Volpato Gomes – Associação Empresarial de Criciúma-ACIC
Valdecir Mariana – 21ª Gerência de Educação de Criciúma (Suplente)
- **Representantes Discentes:**
Letícia Anselmo Manique Barreto - DCE
Aguardando DCE (Titular)
Aguardando DCE (Suplente)

¹ Nomeia Comissão Própria de Avaliação da UNESC - CPA. **Portaria nº 62/2015/Reitoria.** Disponível em <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12405.pdf?1450808761>

² Altera composição da CPA da UNESC. **Portaria nº 07/2016/Reitoria.** Disponível em <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12405.pdf?1450808761>

³ Altera composição da CPA da UNESC. **Portaria nº 59/2016/Reitoria.** Disponível em <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13409.pdf?1472491182>

⁴ Altera composição da CPA da UNESC. **Portaria nº 21/2017/Reitoria.** Disponível em <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/14383.pdf?1494341706>

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 AS CONCEPÇÕES E OS PRINCIPIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O RETRATO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNESC	6
1.2 O RELATO DA EXPERIÊNCIA EM AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNESC ..	10
2 O PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNESC	19
2.1 A PREPARAÇÃO PARA O PROCESSO	21
2.2 O PAPEL DA CPA E DO SEAI NA UNIVERSIDADE	23
2.3 AS ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO	24
2.4 O CICLO DO PROCESSO AVALIATIVO: A ORGANIZAÇÃO DOS EIXOS E DAS DIMENSÕES	27
2.5 A CARACTERIZAÇÃO DE CADA EIXO E DIMENSÃO	27
2.6 O DESENVOLVIMENTO: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO PROCESSO	33
2.7 A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO: AS DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DOS RELATÓRIOS PARCIAIS E DO RELATÓRIO FINAL	36
2.7.1 O processo de divulgação dos resultados – Promovendo a Apropriação dos dados pela comunidade acadêmica	39
2.7.2 O fluxo da meta-avaliação	41
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44
ANEXO A - RELAÇÃO DE AVALIAÇÕES INTERNAS (AUTOAVALIAÇÃO) PROMOVIDAS PELO SEAI	5

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo se apresentam as condições introdutórias que resgatam os paradigmas da avaliação institucional que são defendidos na UNESC e estabelecem alguns conceitos norteadores que vão se desdobrar em práticas institucionais que contribuem para a construção e a consolidação da cultura da avaliação institucional na Universidade. A intenção aqui não é apresentar um texto “hermético”, mas sim um texto que seja orgânico, “vivo” e que acompanhe as tendências estabelecidas para a avaliação institucional em um contexto de inovação e competitividade. Dessa forma, a seguir, os referenciais dialogam com os principais paradigmas históricos da avaliação institucional no Brasil, mas que também convergem com perspectivas internacionais do processo.

1.1 AS CONCEPÇÕES E OS PRINCIPIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O RETRATO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNESC

Para que se compreenda o movimento da avaliação institucional como um aspecto cultural, é importante compreendê-la em sua gênese, considerando o campo que se constituiu em torno do processo, já que ao longo dos anos a avaliação foi um elemento consolidado em uma *práxis*, transversal a todo o modelo institucional de educação superior. Há um conjunto de princípios harmônicos e articulados, que geram movimentos orgânicos e que devem, obrigatoriamente, estar vinculados as políticas institucionais da Universidade.

No Brasil, como exemplo, este tipo de *prática* já era desenvolvido na medida em que as primeiras instituições de educação superior se estabeleciam, a partir dos anos de 1808, quando haviam critérios legitimados socialmente para o estabelecimento de instituições que tinham, em seu ofício, o ensino superior. No caso brasileiro, portanto, a avaliação na educação superior, e a própria avaliação em si, é um movimento que **antecedeu** a própria Universidade. (SERPA PINTO, 2015).

Ao compreender a avaliação como uma ação social, Ristoff (2011), destaca o processo como um evento natural das condições humanas e que norteia a trajetória social de um determinado movimento social. Avaliar, nesse sentido, é definir o mérito, o valor e a

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

consciência moral de um objeto, estabelecendo estruturas, significados e padrões que permitam a construção de uma trajetória histórico-social. Aplica-se a “avaliação” em todos espaços em que a condição social do sujeito é um pré-requisito para suas ações, com a intenção de criar critérios para a ordenação de projetos sócio institucionais.

Considerando este preambulo, importa que a avaliação seja um movimento articulado a paradigmas, de maneira que ela possua uma estrutura simbólica capaz de integrá-la a uma determinada cultura, ampliando as possibilidades de compreensão sobre o mérito e o valor de um determinado elemento. Isso permite que os fundamentos da avaliação possam orientar os métodos, técnicas e a própria utilização dos resultados, de maneira que o processo seja compreendido de uma forma orgânica, organizada e, sobretudo, relevante. É, também, necessário que o processo possa observar um movimento ético, com valores políticos alheios a questões ideológicas, já que a avaliação institucional se trata de um processo pedagógico, reflexivo e responsável por compreender fenômenos em movimento na realidade acadêmica de uma instituição de educação superior.

Na visão de Stufflebeam (2011), a avaliação deve observar estes aspectos em seus paradigmas, de maneira que a leitura do contexto possa fortalecer a cultura avaliativa na instituição, observando o caráter sistêmico, cílico e reflexivo, articulado a um contexto somativo (regulatório) e formativo (emancipador). Avaliar, portanto, é legitimar, sob a ótica de critérios claros, a prática social defendida em um determinado espaço, considerando os limites da individualidade e da subjetividade do sujeito, com seu caráter flexível e objetivo, articulados de uma forma orgânica, plural e propositiva.

Isso estabelece os valores que Scriven (2014) discute, na medida em que a avaliação é instrumento que pode fomentar aspectos em determinadas esferas, desde que ela tenha referenciais. Entretanto, tal como é exposto no modelo *goal free evaluation*, no qual, a avaliação é emergente, sem a base em um projeto institucional, a avaliação pode ser um mecanismo de acompanhamento assistemático de determinadas finalidades, em que o mérito e o valor, constantemente, são discutidos com o público, a partir de critérios emergentes e dinâmicos. Os valores, com os quais a avaliação institucional pode dialogar, se apresentam da seguinte forma:

- ➔ Valor Pessoal: na medida em que se conecta com elementos empíricos e subjetivos, traduzindo percepções individuais e coletivas;

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

- ➔ Valor de mercado: permite compreender o posicionamento contextual de uma determinada IES ou curso;
- ➔ Valor público: um aspecto intersubjetivo, que compreende os resultados da avaliação como elementos que devem ser socialmente observados e aceitos;
- ➔ Valor de exemplo: por meio de estruturas comparativas, estabelecem padrões de referência que qualificam um determinado objeto.

Sob tal fundamento, o processo avaliativo da UNESC deve proporcionar subsídios para que as decisões institucionais sejam conscientes, possibilitando planejar e conduzir o projeto institucional, considerando a avaliação como **um paradigma que** permite compreender os **objetivos deste projeto, as formas de ensino diferenciadas, as decisões, o comportamento do usuário, as responsabilidades da instituição e a regulação** pelos órgãos externos. Estabelecem-se, portanto, **sujeitos sociais, objetivos, critérios, métodos de utilização dos resultados e metodologias**, que dependem de um movimento orgânico e sistêmico.

Ancorado nestes aspectos, os objetivos da avaliação institucional na UNESC são os seguintes:

➔ **Objetivo Geral:** Promover a reflexão-ação-reflexão com base nos subsídios fornecidos pela autoavaliação, para contribuir com o aperfeiçoamento dos processos avaliativos institucionais e tomada de decisões, visando à consolidação da missão da UNESC

➔ **Objetivos Específicos:**

- Conceber a avaliação Institucional como um processo permanente de autoconhecimento, de reflexão, visando aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.
- Sensibilizar a comunidade acadêmica em relação à importância do processo avaliativo por meio de reuniões, palestras, seminários, entre outros;

- Fortalecer a participação da comunidade interna e externa nos processos avaliativos;
- Consolidar a cultura de avaliação institucional como princípio para o planejamento e gestão institucional;
- Acompanhar o processo de avaliação institucional da IES em conjunto com o Setor de Avaliação Institucional;
- Organizar o Relatório de Autoavaliação Institucional e encaminhar ao e-MEC;
- Socializar a comunidade acadêmica os resultados da autoavaliação.

Nesse sentido, sob uma concepção multiparadigmática, equilibrada em um contexto somativo e formativo, a Avaliação Institucional da UNESC, é notadamente reconhecida como um instrumento de gestão institucional, articulado com o planejamento e alinhado com as diretrizes das políticas públicas para a educação superior no Brasil. Sob um caráter sistêmico, ela dialoga com o contexto interno e externo, o real e o adequado, entre o possível e o previsto, considerando a identidade da UNESC de “Universidade Comunitária”.

1.2 O RELATO DA EXPERIÊNCIA EM AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNESC

A prática de avaliação institucional da UNESC surgiu no contexto do debate nacional sobre Avaliação Institucional que deu origem ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Neste, defendia-se um processo de avaliação contínua e sistemática que possibilitasse maior visibilidade às condições de ensino e ao mesmo tempo fornecesse elementos para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. O Programa de Avaliação Institucional da UNESC (PAIUNESC) foi elaborado em 1995 pela Comissão de Avaliação Institucional (COMAVI) e neste mesmo ano ele foi inscrito no PAIUB. O Programa foi aprovado em 1995, mas até o primeiro semestre de 1997 manteve-se praticamente em fase de sensibilização da comunidade acadêmica, tendo em vista os princípios e objetivos estabelecidos.

Em setembro do ano 2000 houve reestruturação da COMAVI, que procurou dar continuidade ao PAIUNESC. Mesmo enfrentando problemas de ordem estrutural, a COMAVI assegurou um processo permanente de avaliação, em que atividades desenvolvidas ao longo de nove anos contribuíram para consolidar uma cultura de avaliação institucional na Universidade. Algumas atividades de avaliação passaram a ser desenvolvidas gradativamente, destacando-se:

- Anos de 1995 a 1997: houve a implementação e sensibilização dos acadêmicos, professores e funcionários; realização do 1º Seminário de Avaliação Institucional da UNESC; Avaliação da infraestrutura e estrutura administrativa; apresentação e discussão dos resultados.
- Ano de 1998: realizou-se a avaliação do ensino de graduação por acadêmicos e professores; apresentação e discussão dos resultados.
- Ano de 1999: foi realizada a avaliação dos cursos de graduação pelos formandos; avaliação do Colégio de Aplicação (hoje Colégio UNESC); organização do IV Encontro Catarinense de Avaliação Institucional; apresentação e discussão dos resultados.
- Ano de 2000: retomou-se a avaliação do ensino de graduação por acadêmicos e professores; avaliação do Colégio de Aplicação; debate sobre o Provão;

avaliação da disciplina de Atividade Física e Qualidade de Vida; apresentação e discussão dos resultados.

- Ano de 2001: foi também avaliada a estrutura administrativa além do ensino de graduação pelos acadêmicos e professores; avaliação dos cursos de graduação pelos formandos; avaliação do Colégio de Aplicação; apresentação e discussão dos resultados; avaliação dos cursos sequenciais; diagnóstico socioeconômico dos acadêmicos da UNESC; Avaliação de projetos específicos da Diretoria de Extensão.
- Ano de 2002: foi estruturado o instrumento de avaliação e aplicado ao ensino de graduação para acadêmicos e professores; avaliação dos cursos de graduação pelos formandos; avaliação da Diretoria de Graduação; avaliação do Programa de Humanização; avaliação dos egressos do Colégio de Aplicação; Avaliação externa - Entidades representativas da região; implementação da Avaliação da Diretoria de Pesquisa; avaliação dos cursos sequenciais; avaliação sobre trancamento de matrícula.
- Ano de 2003: a avaliação do ensino de graduação passou a ser informatizada – também foram avaliadas as cantinas; avaliação dos formandos da graduação; avaliação dos cursos sequenciais (supermercados); avaliação dos projetos de Pesquisa da Diretoria de Pesquisa - PIC (Programa de Iniciação Científica), PIC 170, GPE (Grupo de Pesquisa Emergente); avaliação sobre trancamento de matrícula; avaliação dos acadêmicos egressos da UNESC; elaboração e edição do primeiro caderno sobre avaliação institucional na UNESC.

Em 2004, outros pontos foram incluídos no processo, com evidência para os seguintes:

- A avaliação do programa de visitas orientadas da UNESC;
- Avaliação Externa (Avaliação do estágio supervisionado das licenciaturas pelas Escolas parceiras da UNESC).
- Entrega dos relatórios e discussão dos resultados da avaliação do ensino de graduação realizado no ano anterior com coordenadores e assessoria pedagógica da UNESC;

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

- Elaboração, edição e distribuição do 1º jornal de divulgação dos resultados da Avaliação do Ensino de Graduação da UNESC;
- Avaliação da infraestrutura (avaliação dos motoristas da UNESC, avaliação dos estacionamentos da UNESC, avaliação dos refeitórios da UNESC);
- Avaliação do ensino de graduação pelos formandos;
- Avaliação da disciplina de Estágio; avaliação da disciplina de TCC - Trabalho de Conclusão de Curso;
- Avaliação do trancamento de matrícula referente ao 1º e 2º semestre de 2004;
- Pesquisa do perfil sócio-econômico-cultural dos acadêmicos da UNESC;
- Avaliação da Diretoria de Pesquisa (PIC, PIC 170, GPE);
- Discussão de um projeto para acompanhamento dos Egressos da UNESC;
- Discussão do projeto de pesquisa sobre os Indicadores de qualidade da UNESC;
- Socialização sobre o SINAES (Sistema de Avaliação da Educação Superior); constituição da CPA;
- Discussão com a comunidade acadêmica sobre a reelaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional da UNESC.

A partir de 2004 a Avaliação aperfeiçoou os processos existentes e integrou outros para atender o SINAES. Essa trajetória foi marcada por sucessos e insucessos, inerentes à própria história dos que buscam construir e reconstruir sua identidade e autonomia, visando à melhoria da qualidade do ambiente de vida, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão comunitária e da gestão acadêmica.

Considerando que esse é um processo que necessita de reorganização e ressignificação permanentes, o que justifica, por si só, a realização dos processos de autoavaliação, além de vir ao encontro da exigência legal. Desde meados da década de 90, a Avaliação Institucional da UNESC estabelece uma cultura que vem sendo implementada e aperfeiçoada, tornando-se gradativamente mais consistente. Assegurou-se por todo esse tempo um processo permanente de autoavaliação, pautada na ética, seriedade e responsabilidades, o que vem contribuindo significativamente como um dos elementos imprescindíveis na consolidação e concretude da missão e finalidades da Instituição.

Com a reforma acadêmico-administrativa ocorrida na UNESC em 2007, a COMAVI deixou de ser uma “Comissão de Avaliação Institucional” e passou a ser um “Setor de Avaliação Institucional” (SEAI), subordinado à Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - CPDI e atuando conjuntamente com a CPA. Desse modo, a avaliação no âmbito da UNESC não foi iniciada a partir do SINAES, mas sim, congregou os processos avaliativos já existentes às dimensões que ainda não haviam sido contempladas na sua íntegra. A cada ano novos indicadores passaram a ser avaliados concretizando assim, a avaliação dos eixos e dimensões propostos nos documentos norteadores.

A UNESC, ao longo de sua história, vivenciou momentos de significativos avanços, contribuindo no seu processo de desenvolvimento. A avaliação é notadamente reconhecida na Instituição como um mecanismo que integra os processos de planejamento e gestão institucional, considerando a CPA e o SEAI dotados de legitimidade para inferir no desenvolvimento da universidade. Tem na avaliação uma ferramenta de gestão cujo processo avaliativo é dinâmico, sustentável e congrega todos os princípios do SINAES de maneira convergente.

No atual ciclo, a autoavaliação na UNESC vem aproveitando as experiências anteriores, fortalecendo-se e aperfeiçoando-se. Com base no PDI, considerando-o como referencial norteador, o projeto desenvolvido a partir de 2013, agregou as contribuições de uma nova dinâmica proposta pelos instrumentos de avaliação externa. Dessa forma, o processo se voltou para todas as dimensões com o foco na identificação de questões regulatórias e de avaliação, buscando consolidar uma cultura de avaliação constituída no contexto da universidade. Com relação ao planejamento da autoavaliação, a CPA e o SEAI observam constantemente as diretrizes dos referenciais básicos e normativos publicados pelos órgãos reguladores da educação superior brasileira.

Com a proposição de um novo instrumento de avaliação institucional externa, apresentada as instituições no ano de 2014, tornou-se preponderante uma revisão das ações propostas ao projeto de autoavaliação no contexto de todas as instituições de educação superior brasileiras. Em função da adequação das dimensões, organizadas na forma de eixos norteadores, o processo ganha um caráter sistêmico e integrativo, permitindo que a avaliação se torne mais dinâmica e diretamente relacionada com a proposta do planejamento institucional.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

A CPA da UNESC, em conjunto com o SEAI, compreendeu essa dinâmica e construiu seu projeto de autoavaliação alinhado as novas diretrizes do PDI da universidade. Ações relacionadas à internacionalização, a mobilidade acadêmica, e outros aspectos que passam a compor o grupo de indicadores que serão avaliados.

O SINAES, “fundamenta-se em princípios e objetivos francamente vinculados aos interesses sociais da Educação Superior” (SINAES, 2009, 102).

Explicita-se a ideia de uma autoavaliação com caráter educativo, “devendo ser evitados os rankings e classificações pelas notas, menções e distintos códigos numéricos, alfabéticos e outros.” (SINAES, 2009, 113). Este novo sistema de avaliação sugere a utilização de múltiplos instrumentos aplicados de forma articulada e coerente, e ampla participação de agentes internos e externos no processo avaliativo das IES (SINAES, 2009), e integra três modalidades de avaliação: 1) Avaliação da Instituição; 2) Avaliação dos cursos de Graduação; e 3) Avaliação do Desempenho do Estudante (Enade).

Em termos de exigências legais, para fazer parte do sistema de educação superior do país e obter os atos de autorização para funcionamento, tais como credenciamento e recredenciamento, cada instituição deve, obrigatoriamente, implementar o seu próprio processo de autoavaliação. Por outro lado, toda regulação se fará de modo articulado à autoavaliação” (SINAES, 2009, p. 106). O SINAES (2004, p. 106) concebe a ideia de uma autoavaliação permanente visando a:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população [...]. Neste sentido, os processos de autoavaliação devem ser permanentes, isto é, devem constituir-se em uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais.

A UNESC concebe a Avaliação Institucional como um processo permanente de autoconhecimento, de reflexão, visando aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Não se trata de uma avaliação para fins de dominação, classificação, punição ou premiação, mas sim de uma avaliação diagnóstica, para fins de planejamento,

revisão e orientação. Serve, também, para perceber o grau de distanciamento entre os objetivos propostos e a prática estabelecida no cotidiano institucional. Enfim, é um instrumento que a UNESC utiliza para cumprir efetivamente sua Missão, Visão de Futuro, Princípios e Valores.

Diante disso, é importante ressaltar, também, que a política de avaliação institucional se pauta nas seguintes diretrizes:

- Consolidação do processo de avaliação pela ética, seriedade e sigilo profissional.
- Socialização de informações precisas, por meio de processos avaliativos e propositivos.
- Melhoria contínua dos instrumentos de avaliação utilizados.
- Comprometimento com os processos de autoavaliação, junto aos diversos serviços prestados pela Instituição.
- Compromisso social com o ensino de qualidade, subsidiando os gestores da Instituição, com os resultados da avaliação para fins de planejamento e tomadas de decisão.

A concepção teórica da Avaliação Institucional demonstra que ela não é um processo puramente burocrático, mas que possui a função de promover uma mudança social no meio em que é desenvolvida. Na Unesc, essa concepção é embasada por autores como: Belloni (2000), Sobrinho (2000), Ristoff (2000) e Trigueiro (2004), por apresentarem uma definição mais condizente com os valores assumidos pela Universidade e, ao mesmo tempo, confirma que a Avaliação Institucional precisa gerar mudança, pois não é um processo neutro, uma vez que ela propicia o autoconhecimento para fins de planejamento.

Sobrinho e Ristoff (2000, p.9.) enfatizam uma concepção de avaliação como “um processo mais ético que técnico”, não visando beneficiar apenas os indivíduos nem os setores implicados, mas uma “prática social de interesse da sociedade em geral”. Ambos criticam a visão liberal difundida por governos e forças econômicas que concebem a avaliação como forma de aprimorar eficiência, produtividade e competitividade. Nesta perspectiva, a avaliação é vista como um instrumento de controle e regulação da qualidade de acordo com as diretrizes do mercado.

Belloni (2000) destaca a ideia de uma concepção de avaliação institucional vinculada ao compromisso social da educação. Em sua perspectiva, avaliação institucional é

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

“um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social.” (BELLONI, 2000, p.41). A autora identificou ainda duas tendências principais de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), implementadas no Brasil a partir da década de 1980: “uma voltada mais para o controle e hierarquização entre instituições; a outra voltada para a identificação das insuficiências e das potencialidades de instituições e do sistema, com vistas à melhoria e mudança em seu funcionamento.” (BELLONI, 2000, p. 41).

Em uma perspectiva mais pragmática, Trigueiro (2004) discute a importância da avaliação institucional e do planejamento estratégico como instrumentos necessários para redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de educação superior do país, sem receio de usar termos conceituais que nas últimas décadas ganharam referência pejorativa. Trigueiro salienta que “a cultura acadêmica, sua tradição, seus valores e sua dinâmica de funcionamento configuram elementos próprios das IES e não se reduzem a outras organizações contemporâneas, a exemplo de empresas privadas e demais instituições do setor público” (TRIGUEIRO, 2004, p. 14). Assim, falar em qualidade e planejamento da gestão em busca de maior eficiência e eficácia das IES não significa se limitar às necessidades imediatas da burocracia, mas sim aperfeiçoar seus processos pedagógicos e administrativos.

Em suas considerações sobre a “problemática do planejamento estratégico”, Trigueiro (2004) salienta que o projeto institucional é uma necessidade “urgente e inadiável”. No âmbito das IES, significa levar em consideração um ambiente externo intensamente competitivo e, no cotidiano institucional, as disputas internas. A avaliação da instituição deve estar articulada com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Planejamento Estratégico (PE) da IES, com a finalidade de fornecer subsídios a esse processo e possibilitando à instituição à tomada de decisão.

Outro problema comum constatado na experiência de autoavaliação das IES do país é o da descontinuidade. Trigueiro (2004) salienta que em várias situações se percebe que os trabalhos da Avaliação Institucional ficam concentrados nas mãos de poucas pessoas responsáveis pela condução desses trabalhos. Isso significa que a Avaliação Institucional ainda “está muito pouco institucionalizada, seja em seus aspectos técnicos e conceituais, seja em suas

bases sociais e políticas [...] um setor à margem da hierarquia e da estrutura institucional.” (TRIGUEIRO, 2004, p. 21).

Em consonância com a concepção, a Avaliação Institucional pauta-se, ainda, nos seguintes princípios:

- Participação - manter a atual prática de construir coletivamente os instrumentos e formas de avaliação com a comunidade acadêmica;
- Avaliação global – todos os sujeitos envolvidos no processo se autoavaliam, avaliam e são avaliados: gestores, docentes, discentes, técnico-administrativos e agentes externos;
- Legitimidade - sustentada em uma metodologia participativa capaz de garantir a construção coletiva de indicadores adequados;
- Identidade institucional - respeito à história, à cultura construída ao longo de sua existência;
- Não punição ou premiação – os resultados da Avaliação Institucional não devem ser usados para fins de classificação, punição ou premiação, caso contrário estaríamos reproduzindo e reforçando a cultura tradicional da avaliação autoritária e excludente;
- Continuidade – a avaliação institucional deve ser um processo e permanente, uma vez que seus resultados implicam mudanças de médio e longo prazos;
- Devolução e socialização dos resultados – a avaliação institucional tem o compromisso de devolver e socializar os resultados a toda comunidade, mantendo a privacidade e sigilo de informações que dizem respeito aos sujeitos envolvidos.

As Políticas de Avaliação Institucional da UNESC, em consonância com os documentos institucionais e legislação vigente, em especial a Lei 10.861/2004 cuja finalidade é a de melhorar a qualidade da educação superior, a orientação de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social, e especialmente, o aprofundamento dos compromissos e da responsabilidade social da instituição, por meio da valorização da sua missão, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional, está definida pela Resolução nº 02/2015/CONSU .

As Políticas de Avaliação Institucional são implementadas pela Reitoria, órgão executivo máximo da UNESC, de caráter técnico, deliberativo, consultivo, normativo, de supervisão e recursal, acompanhadas pelo SEAI e pela CPA, representando o conjunto de intenções que se configuram na forma de princípios e ações que norteiam e avaliam o processo de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Nesse contexto as políticas de avaliação são orientadas a partir do instrumento de Avaliação Institucional externa, da legislação vigente e da dinâmica universitária (BRASIL, 2017).

2 O PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNESC

A UNESC, em conformidade com o SINAES, integra a avaliação interna e externa, nos quais a CPA, em parceria com o SEAI, tem atribuição fundamental no que se refere à coordenação e a articulação do processo avaliativo da instituição. Ambas as instâncias também dialogam com a gestão superior, na medida em que são os responsáveis por submeter os relatórios à gestão e orientar as discussões que ocorrem a partir dos resultados, nas diversas instâncias institucionais.

A autoavaliação é um processo contínuo que se constitui na participação de todos os segmentos da comunidade interna da UNESC e representação da comunidade externa, responsável por produzir indicadores que permitem compreender o movimento e analisar os resultados das ações de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão administrativa. Ela se integra, portanto, com a avaliação externa na medida em que seus resultados são comparados e articulados para orientar as decisões acadêmicas e administrativas, com participação ativa dos NDEs e das demais instâncias institucionais responsáveis pelas decisões estratégicas da Universidade.

Nesse sentido, o movimento da avaliação institucional na UNESC, reitera-se, é articulado com princípios da avaliação da qualidade e da regulação, produzindo elementos que subsidiam a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógicos de Curso. Tais resultados ainda permitem compreender a articulação dos resultados do ENADE, do CPC e do IGC com as políticas institucionais, consolidando sua função de elemento norteador das ações estratégicas da Universidade e de promoção de melhorias. Ancorada em seus objetivos, portanto, a avaliação na UNESC é um instrumento de gestão administrativa e de gestão acadêmica, na medida em que cumpre seu papel sob a ótica dos aspectos em destaque:

- É percebida como um processo permanente de autoconhecimento e reflexão institucional no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, na medida em que seus resultados são utilizados pelas diretorias, pelas pró-reitorias, pelas coordenações de curso e pelos setores envolvidos com as atividades estratégicas da Universidade. O produto de tudo isso é o movimento estabelecido pelos resultados de avaliação, consolidado nos

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

diversos fóruns e instâncias de diálogo da UNESC, as quais contam com a participação dos segmentos representativos da instituição e geram elementos que promovem a melhoria das ações institucionais;

- É um elemento transversal na UNESC e discutida em todos os segmentos da comunidade acadêmica, graças ao processo de sensibilização que ocorre e é desenvolvido pela CPA/SEAI, com a intenção de inserir a comunidade no processo. Nesse sentido, diversas reuniões, fóruns, palestras, seminários e outras ações são realizadas com a intenção de produzir conhecimento sobre os resultados do processo e de promover a apropriação de seus resultados;
- A participação ocorre de maneira responsável e articulada às ações integradas, desenvolvidas com o subsídio das pró-reitorias, de maneira que os cursos/ setores possam se envolver ativamente com o processo. Dessa forma, os índices de participação, em função dos eventos de sensibilização e da utilização das mídias alternativas, são visíveis e é possível perceber o “chamado” sendo atendido e o desafio da participação sendo, gradativamente, vencido.
- A cultura de avaliação vem se constituindo, apesar dos desafios encontrados nessa trilha. Por tal fato, constantemente a avaliação é objeto de discussão nos lugares de formação continuada, compreendendo o movimento da avaliação como um elemento que requer o cuidado da gestão e uma discussão qualificada para fomentar um processo dialógico, reflexivo e propositivo.
- Ela é legítima, quando é possível identificar que o processo é orgânico, e anualmente fornece subsídios para a produção de conhecimento formal (para alimentar as instâncias regulatórias – MEC) e, informal, na medida em que proporciona *insights* para ações exitosas e, quando possível, inovadoras.

Nesse sentido, portanto, o Projeto de Avaliação Institucional da UNESC prevê um processo democrático e articulado com a gestão institucional, promovendo elementos que orientam as ações regulatórias e de melhoria da qualidade.

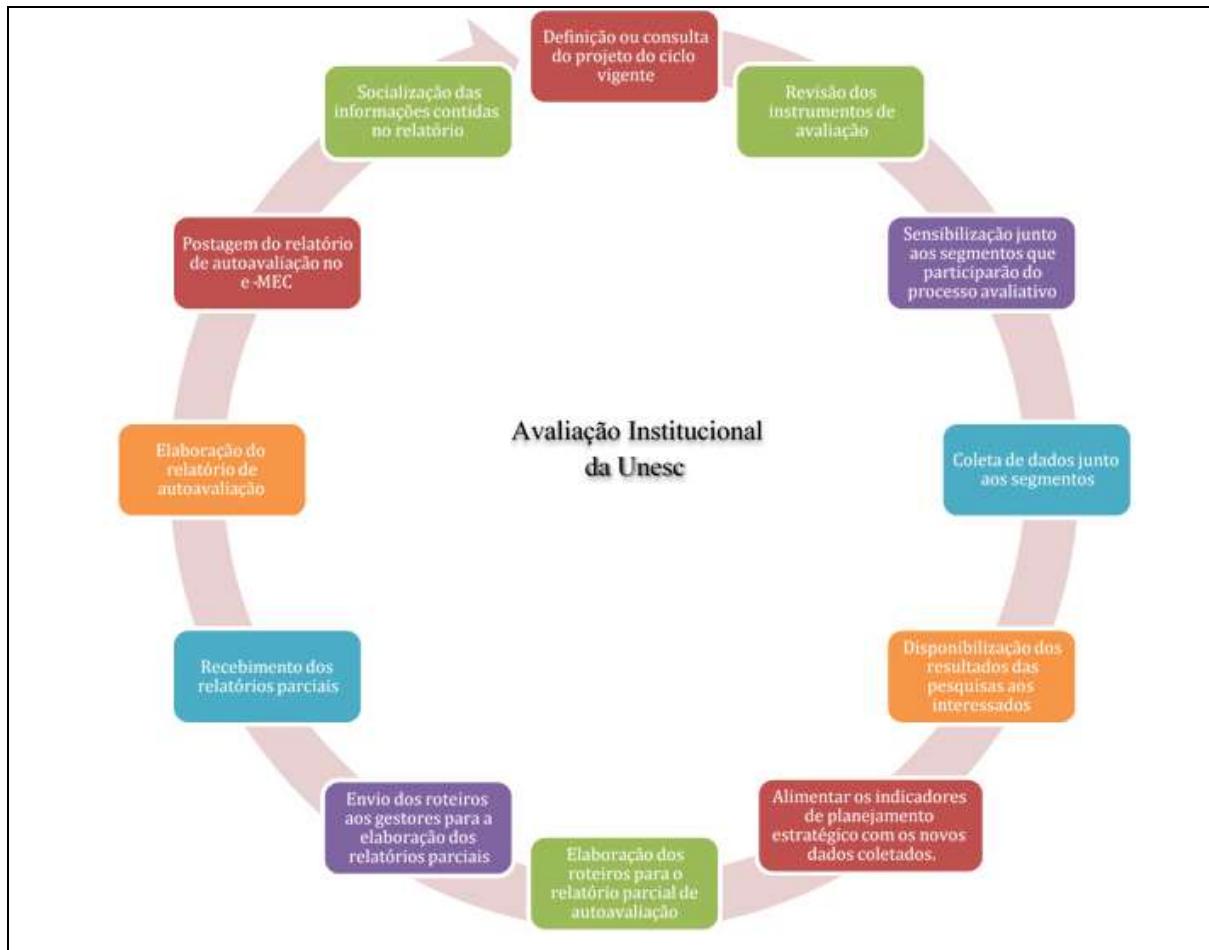
FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

2.1 A PREPARAÇÃO PARA O PROCESSO

O Projeto de Avaliação Institucional da UNESC determina um processo que observa todos os princípios estabelecidos pelo SINAES, com ênfase na globalidade (observância de todos os espaços e lugares da Universidade) e na continuidade. O fluxo estabelecido no projeto determina a ocorrência da avaliação ao longo do ciclo definido pela instituição que, de maneira flexível, desenvolve ações para contemplar todos os eixos, indicadores e critérios de análises que devem ser acompanhados. Essa flexibilidade serve também para introduzir novas demandas, motivadas pelas mudanças contextuais, ou então para atender as alterações regulatórias que, em função de sua dinâmica, devem ser consideradas em todos os elementos da avaliação.

A figura 1 demonstra o ciclo observado pelo projeto e suas principais características:

Figura 1 – Fluxograma da Avaliação Institucional da Unesc



Fonte: dos Autores do Projeto

Para este processo, são previstos mais de 30 instrumentos, disponíveis no anexo A, que serão utilizados de acordo com a periodicidade estabelecida, analisados e aperfeiçoados, quando necessário, para verificar seu alinhamento com os indicadores de qualidade estabelecidos nas políticas institucionais previstas no PDI, e/ nas políticas de âmbito nacional. Em consonância a isso, ocorre a sensibilização com os segmentos envolvidos, com a intenção de inseri-los no processo e demonstrar a importância da participação representativa para a validação dos dados. Isso tudo possibilita que os relatórios e resultados sejam, efetivamente, instrumentos de gestão acadêmico-administrativa que subsidiam as tomadas de decisão em prol da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária.

Realizada a coleta dos dados, os resultados são organizados em relatórios específicos para atender ao público pesquisado, de modo que possam orientar o planejamento das ações de acompanhamento dos indicadores avaliados. Além disso, os resultados oriundos

das pesquisas também alimentam a base do planejamento estratégico institucional, subsidiando a gestão superior nas definições de posicionamento estratégico e sinalizar a distância que se encontra para alcançar os objetivos estabelecidos no PDI.

Tendo esses encaminhamentos feitos, inicia-se outra etapa do processo de preparação da avaliação, ou seja, a elaboração dos roteiros para o relatório parcial que irão se transformar em relatórios parciais de autoavaliação e são estabelecidos de acordo com a distribuição dos eixos no ciclo avaliativo programado que, posteriormente, são apresentados aos setores envolvidos para que, com base nos resultados das pesquisas, de dados secundários e ações planejadas-desenvolvidas, possam realizar sua autoavaliação e relatá-la nos referidos relatórios parciais. Destaca-se que as informações contidas nos relatórios parciais são essenciais para a elaboração do Relatório de Autoavaliação da Unesc, que, após oferecido ao MEC por meio do Sistema e-MEC, é socializado com a comunidade interna e externa por meio de diferentes canais de comunicação (seminário, portal da Unesc, notícias no blog, reuniões de trabalho, reuniões com os segmentos, entre outros).

Tais ações, nesse sentido, consolidam o papel da CPA e do SEAI na dinâmica da avaliação institucional na UNESC.

2.2 O PAPEL DA CPA E DO SEAI NA UNIVERSIDADE

A Comissão Própria de Avaliação da UNESC (CPA), composta em conformidade com o artigo 11 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, (BRASIL, 2004) e regulamentada pela Resolução 12/2012/CONSU (UNESC, 2012)⁵, é um órgão com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da Instituição. A Comissão tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Instituição, de acordo com o artigo 11, inciso II da Lei n. 10.861, de 14/04/2004. (BRASIL, 2004).

Ela é constituída por ato da Reitoria, assegura a participação dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sem privilégio, para a maioria absoluta, de um dos segmentos, e tem as seguintes funções definidas:

⁵ Regulamento da Comissão Própria de Avaliação da UNESC. **Resolução nº 12/2012/CONSU**. Disponível em <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/7206.pdf>

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

- Avaliar os processos e resultados da Avaliação Institucional que comporão o relatório da autoavaliação institucional.
- Analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes.
- Elaborar relatório de autoavaliação institucional.
- Formular propostas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades institucionais, com relação ao ensino, pesquisa, extensão e gestão.
- Sistematizar e prestar informações a serem remetidas aos órgãos competentes.
- Realizar reuniões ordinárias e, quando necessário, extraordinárias.

O Setor de Avaliação Institucional (SEAI), é o responsável por organizar todos os procedimentos que subsidiam o processo de avaliação institucional, desde a discussão dos indicadores, formatação dos instrumentos, coleta de dados, bem como a elaboração de relatórios que são enviados as instâncias acadêmicas, para servir de subsídios aos relatórios parciais de autoavaliação. O setor tem como Missão: *“Promover e realizar avaliação periódica das atividades desenvolvidas na Universidade, efetuando diagnóstico propositivo e socializando os resultados a fim de subsidiar o planejamento e a tomada de decisão para a melhoria da qualidade Institucional”*. Além disso, o SEAI coordena os processos de avaliação externa (Enade, Recredenciamento da Unesc e Autorização, Reconhecimento e Renovação de reconhecimento dos cursos de graduação), em parceria com a CPA.

A integração entre a CPA e SEAI ocorre a partir de muitas atividades, já que ambas as instâncias compartilham de determinadas responsabilidades que são convergentes. Em seu fluxo de ações, é possível identificar que a atividade do coordenador é um dos pontos que caracterizam essa integração. É válido ressaltar que a comissão segue a estrutura de seu regulamento para o desenvolvimento das atividades.

2.3 AS ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO

Para que os resultados do processo de autoavaliação sejam apropriados de maneira adequada pela comunidade acadêmica, é fundamental que todos os segmentos estejam

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

comprometidos com o processo e possam vivenciá-lo, não apenas como algo somativo, mas sim de maneira consciente, considerando a avaliação institucional como um processo social legitimado. Tal como afirmam Bortot et. al. (2017), isso é fundamental para que todos os segmentos tenham consciência das melhorias e do papel que a avaliação cumpre na Instituição. Nesse sentido, também considerando o apontado por Dias Sobrinho (2000), é possível compreender, portanto, que a sensibilização deve ser uma prática constante de diálogo com a comunidade acadêmica, e deve ocorrer de maneira proativa e propositiva, acometendo todos aqueles que se envolvem com o processo avaliativo.

Na UNESC, a sensibilização sobre a avaliação institucional - tanto interna, quanto externa, ocorre de diversas maneiras e acomete todos os segmentos institucionais envolvidos com o processo. Isso se dá, sobretudo, em função do potencial que a prática da sensibilização possui, na medida em que integra os diversos segmentos participantes do processo avaliativo em um fluxo de troca de ideias e de envolvimento com o processo. É, portanto, uma atividade estratégica para ampliar os percentuais da participação, o que ocorre por meio desta prática que promove a possibilidade de ampliar o conhecimento de todos sobre o processo.

Nesse sentido, a sensibilização ocorre de diversas formas, mais especificamente no âmbito de três princípios:

- ✓ **Sensibilização pelo uso de mídias:** Ocorre pela produção de conhecimento, a partir da utilização de instrumentos tecnológicos, que permitem atingir, de maneira eficiente, os diversos segmentos da comunidade acadêmica. Este processo ocorre de maneira sistemática, por intermédio de campanhas temáticas, que permitem ampliar o diálogo sobre o processo de avaliação e seus resultados. Utiliza-se, para tanto, os repositórios institucionais de informação, bem como os canais de comunicação disponíveis na UNESC;
- ✓ **Sensibilização por meio de reuniões temáticas:** Ocorre em períodos específicos, tais como estabelecidos no cronograma e acomete os principais segmentos participantes do processo. Este recurso também é utilizado para inserir a comunidade acadêmica nas práticas de avaliação externa, considerando também os indicadores do CPC e os elementos relacionados com o ENADE. Um dos exemplos disso, é o movimento anual

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

proporcionado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, na sistematização do Diagnóstico Setorial que é apresentado para coordenadores e NDEs.

- ✓ **Sensibilizações em espaços institucionais:** Ocorre pela participação do SEAI e da CPA em eventos e (ou) espaços institucionais, sem cronograma específico definido, nos quais, abre-se o espaço para apresentar os resultados da avaliação e discutir seu processo. Fóruns institucionais, eventos temáticos e outros elementos institucionais são lugares em que essa prática de sensibilização ocorre.

Vale ressaltar também que a sensibilização, tem como base principal, o ciclo defendido pelo próprio projeto de avaliação.

2.4 O CICLO DO PROCESSO AVALIATIVO: A ORGANIZAÇÃO DOS EIXOS E DAS DIMENSÕES

De acordo com o instrumento de avaliação institucional externa, que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, bem como, a Nota Técnica Inep/Daes/Conaes Nº 065/2014, os relatórios devem ser elaborados a partir dos seguintes Eixos: 1 – Planejamento e Avaliação Institucional; 2 – Desenvolvimento Institucional; 3 – Políticas Acadêmicas; 4 – Políticas de Gestão e 5 – Infraestrutura.

2.5 A CARACTERIZAÇÃO DE CADA EIXO E DIMENSÃO

No **Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional**, a proposta de avaliação interna da UNESC também considera a Dimensão 8 do SINAES, que trata do Planejamento e da Avaliação Institucional. Nela, inclui-se também um Relato Institucional, que é um instrumento previsto para orientar o processo de avaliação institucional externa. Busca-se analisar a articulação entre o planejamento e a avaliação institucional, compreendendo a evolução do desenvolvimento institucional, uma vez que esses dois elementos são convergentes e devem subsidiar o planejamento. Aspectos considerados neste eixo, são os seguintes:

- Análise de cenários;
- Resultados do Índice Geral de Cursos - IGC;
- Autoavaliação institucional;
- Meta-avaliação;
- Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

O **Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional**, é o que contempla as Dimensões da Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, e Responsabilidade Social da Instituição, estabelecidas pelo SINAES. Este Eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende-se, com as análises dos elementos que compõem este eixo, conhecer os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como, sua atuação face à inclusão

e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI. Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da IES na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução. De forma complementar, este eixo analisa a coerência entre a missão e o PDI, assim como a articulação entre este e as ações institucionais que promovam a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e patrimônio cultural, a inclusão social, as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e a igualdade étnico racial. Para tanto, consideram-se os seguintes aspectos:

- Educação e Gestão Ambiental;
- Meio Ambiente e Valores Humanos;
- Mobilidade Acadêmica;
- Economia Solidária;
- Educação Inclusiva;
- Atividades Culturais;
- Casas da Cidadania;
- Clínicas Integradas de Saúde;
- Projetos de Extensão.

O Eixo 3 – Políticas Acadêmicas abrange as Dimensões 2, contemplando as Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, a Dimensão 4, que compreende a Comunicação com a Sociedade, e Dimensão 9, a partir das Políticas de Atendimento aos Discentes, todas elas estabelecidas pelo SINAES. No Eixo “Políticas Acadêmicas” analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, e a proposta de ensino e aprendizagem da Instituição. Os elementos avaliados neste eixo são os seguintes:

- Desempenho Docente de Graduação (Avaliação sob a ótica de estudantes e dos Coordenadores de curso);
- Desempenho Docente dos Programas de Pós-Graduação (*Lato e Stricto Sensu*);
- Políticas de Pesquisa;
- Políticas de Extensão;
- Educação a Distância;

- Egressos;
- Perfil do Ingressante;
- Comunicação e Imagem Institucional;
- Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante - CPAE;
- Ouvidoria;
- Resultados do Enade, CPC e CAPES;
- Resultados Visita *In Loco*.

O Eixo 4 – Políticas de Gestão, compreende as Dimensões 5, que abrangem as Políticas de Pessoal, a 6, que integra a Organização e Gestão da Instituição e a 10 (Sustentabilidade Financeira, que são também previstas pelo SINAES. A avaliação, neste aspecto, busca a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrangem, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Considerando a importância e reflexo que esta política possui na vida acadêmica, pretende-se acompanhar os indicadores de avaliação com a finalidade de identificar o nível de satisfação dos colaboradores, a transparência da gestão e a sustentabilidade financeira da universidade. Os elementos considerados são os seguintes:

- Clima Organizacional;
- Formação Continuada Docente;
- Capacitação dos Técnico-Administrativos;
- Plano de Carreira dos Colaboradores;
- Sistema de Registro Acadêmico (organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos);
- Ações desenvolvidas pela IES;
- Orçamento Institucional;
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

O Eixo 5 – Infraestrutura Física, corresponde à dimensão 7, Infraestrutura Física, também prevista pelo SINAES. No Eixo “Infraestrutura Física”, verificam-se as condições que

a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Aqui, contempla-se a infraestrutura existente na Universidade para dar apoio ao ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Pretende-se acompanhar a qualidade das instalações físicas para atender às necessidades acadêmico-administrativas. Os elementos avaliados são os seguintes:

- Infraestrutura e serviços: Biblioteca, salas de aula, laboratórios, cantinas, auditórios, serviço de reprografia.

O quadro 1, apresenta uma representação desta organização, que orienta a produção dos relatórios na UNESC:

Quadro 1 –Eixos e Dimensões a serem abordados anualmente no triênio 2018-2020

Ano	Eixo	Dimensão
2018	1 – Planejamento e avaliação institucional	8. Planejamento e avaliação e Relato Institucional
	2 – Desenvolvimento institucional	1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional 3. Responsabilidade Social
2019	3 – Políticas acadêmicas	2. Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão 4. Comunicação com a Sociedade 9. Políticas de Atendimento aos Discentes
2020	4 – Políticas de gestão	5. Políticas de Pessoal 6. Organização e Gestão da Instituição 10. Sustentabilidade Financeira
	5 – Infraestrutura física	7. Infraestrutura Física
	Síntese de todos os eixos considerando ser o Relatório –Parte Final.	Análise global em relação ao PDI e aos eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão, apresentando um plano de ações de melhoria à IES.

Fonte: CPA, 2018

O processo de autoavaliação na UNESC deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Os relatórios podem ser construídos de forma: parcial e integral.

O relatório parcial será elaborado pela CPA e deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela UNESC no ano de referência, explicitando os eixos trabalhados. A versão integral, também elaborada pela Comissão, deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela universidade no ano de referência, bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES.

Para fins operacionais, poderão ser criadas subcomissões conforme as necessidades e características da Universidade, para auxiliar na organização dos relatórios parciais, que comporão o relatório de autoavaliação da UNESC. A CPA, de posse dos relatórios parciais, sistematiza e organiza o Relatório de Autoavaliação Institucional para ser postado no sistema e-MEC a cada ano. A CPA e o SEAI, conjuntamente, estabelecem a proposta para o ciclo avaliativo. A seguir será apresentado o quadro 1, indicando a periodicidade do processo avaliativo referente ao período de 2018-2020.

Abaixo apresentam-se os Quadros 2 e 3, com os cronogramas das ações a serem desenvolvidas pelo SEAI e pela CPA.

Quadro 2 - Cronograma de atividades para Coletas de Dados pelo SEAI - Anual

AÇÕES	Fev	Mar	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Planejamento do processo avaliativo: SEAI/CPA			x			x					
Avaliação dos Instrumentos de Avaliação			x								
Aplicação dos Instrumentos de Avaliação			x	x	x	x	x	x	x	x	
Tabulação, Análise e Elaboração dos Relatórios				x	x	x	x	x	x	x	x
Encaminhamentos dos resultados para: Reitoria/Pro-Reitorias/ UNAS Cursos/Setores			x	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 3 - Cronograma para Elaboração do Relatório da CPA – Anual

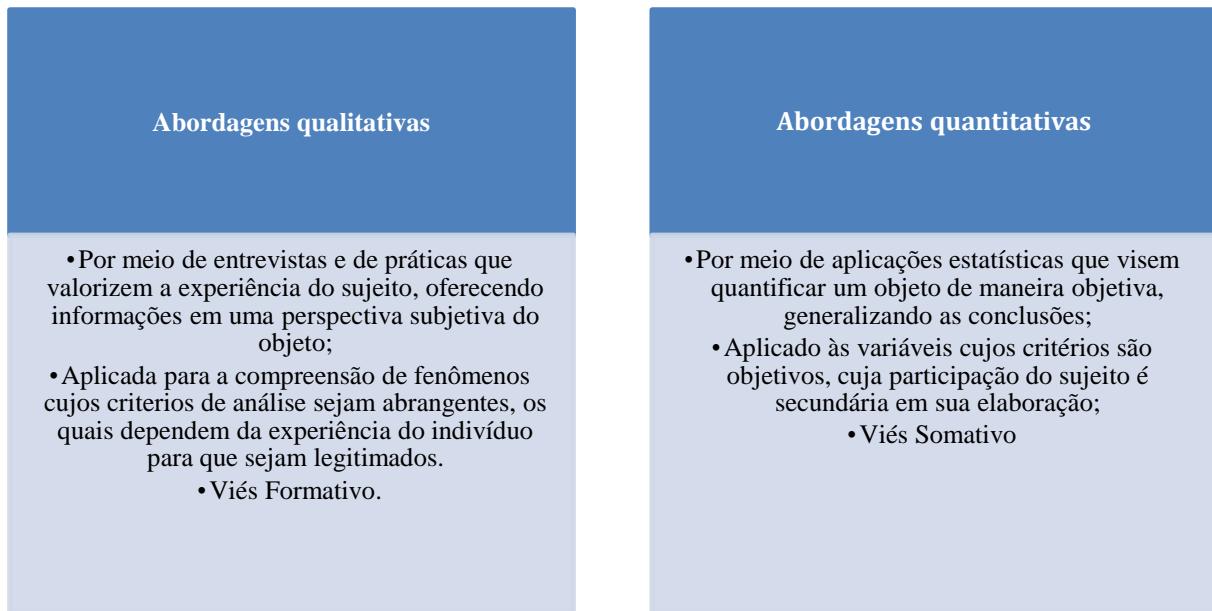
AÇÕES	Fev	Mar	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Elaboração da Apresentação do relatório da CPA ano de Referência ano anterior		x									
Postagem no e-MEC		x									
Apresentação para a Reitoria/Pro-Reitorias do Relatório		x									
Seminário de Avaliação Institucional para apresentação do Relatório da CPA					x						
Disponibilizar os resultados ao setor de Planejamento para subsidiar o planejamento			x								
Elaboração dos Roteiros para elaboração dos Relatórios Parciais para a CPA			x	x							
Reunião de apresentação dos roteiros e definição de prazos para a entrega dos relatórios Parciais					x	x					
Elaboração dos relatórios parciais, pelos setores, com base nos dados do relatório de autoavaliação anterior e dados atuais							x				
Encaminhamento dos relatórios parciais/setores à CPA								x			
Sistematização dos dados para a elaboração do relatório de autoavaliação da CPA								x	x	x	x
Elaboração do Relatório da CPA							x	x	x	x	

2.6 O DESENVOLVIMENTO: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO PROCESSO

Para se compreender os procedimentos metodológicos aplicados ao processo da avaliação na UNESC, é fundamental considerar o viés paradigmático defendido para o processo, considerando suas perspectivas somativas e formativas. Nessa perspectiva, comprehende-se a visão de Demo (1999), como sendo uma estratégia adequada para orientar as práticas, instrumentos e demais métodos aplicados ao processo avaliativo, os quais serão preconizados apenas na medida em que permitam uma reflexão contextualizada, indutora, orgânica e pautada em objetivos dialogicamente constituídos, cujos critérios devem permeiar a construção de ações que fortaleçam a aplicação dos resultados no rumo de uma educação superior, de fato, educativa, social, com visão política e democratizada. Assim, CPA e SEAI consideram a avaliação, materializada em práticas como a da autoavaliação que, na visão de Bortot et.al. (2017) é um exercício aplicado ao processo de construção da prática institucional cotidiana, sob a ótica dos envolvidos.

Portanto, considerando os paradigmas positivistas e interpretativos (MORGAN, 1980), a UNESC pauta-se em aspectos quantitativos e qualitativos para o desenvolvimento de seu processo avaliativo, tal como é proposto na Figura 2

Figura 2 - Abordagens quanto ao procedimento de avaliação



Fonte: Elaborado pela CPA, UNESC (2018)

Dentre os procedimentos de avaliação, nesse sentido, são preconizados os seguintes:

- **Análise documental** – procedimento que tem por objetivo identificar e analisar documentos, ou informações sistematizadas, aderentes ao(s) eixo(s) do ciclo proposto. A exemplo, utiliza-se esta prática em elementos que explicitem a missão e os objetivos da Instituição e de seus setores, de modo que seja possível avaliar a dinâmica dos seguintes elementos: projeto pedagógico institucional, projeto pedagógico dos cursos, plano de desenvolvimento institucional, estatuto e regimento, planos de ensino, entre outros. A aplicação deste procedimento também contribui para ampliar a visão de outros resultados, de modo a permitir estudos comparativos e propostas que possam considerar o pano de fundo da “visão sistêmica”;
- **Aplicação de Questionários** – Procedimento que depende de um instrumento aplicado para identificar e avaliar a percepção sobre atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e serviços desenvolvidos pela Instituição. O formato da coleta pode variar, sendo utilizado instrumentos tecnológicos ou a aplicação tradicional, o que depende do público que participará do processo;

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

- **Grupos Focais e reuniões de trabalho:** Materializados em **Fóruns temáticos de avaliação**, que ocorrem em espaços institucionais de diálogo, com o objetivo de debater e aprofundar temática previamente definida e agendada e vinculada ao processo avaliativo. O objetivo deste procedimento é, além de coletar dados, promover um diálogo sobre a apropriação dos resultados do processo avaliativo;
- **Entrevistas:** Procedimento que se utilizam de roteiros para coletar dados, opiniões, atitudes ou ideias que, com outro instrumento de pesquisa, não são suficientes. Em conjunto com as entrevistas, o processo etnográfico também é utilizado, para complementar os dados a partir da análise do comportamento das pessoas.

Para operacionalizar a coleta de dados, CPA e SEAI contam com instrumentos tecnológicos que permitem análises estatísticas e de conteúdo, além daqueles que permitem a aplicação de questionários por meio de ambientes virtuais, de modo que tudo esteja devidamente acessível pela comunidade acadêmica. Com a contribuição do Departamento de Tecnologia da Informação da UNESC (DTI), é possível também criar alternativas para a gestão dos bancos de dados que comportam as informações e contatos dos usuários da avaliação institucional, de modo que seja possível oferecer a eles instrumentos de pesquisa e o acesso aos resultados. Estes sistemas específicos subsidiam os processos avaliativos da UNESC, possibilitando a identificação de indicadores de avaliação da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, da gestão, os quais orientam as discussões dos resultados que visam o aperfeiçoamento das atividades acadêmico-administrativas.

A amostra da pesquisa poderá ser definida como aleatória e não probabilística por conveniência, ou a partir da elaboração de um plano de amostragem, conforme o perfil da avaliação e o público pesquisado. Considerando os objetivos propostos, destaca-se ainda que poderão ser desenvolvidos múltiplos instrumentos e formas de avaliação mediante participação de gestores, discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos e representantes da comunidade externa.

Todo instrumento e forma de avaliação será elaborada com a representação das instâncias envolvidas e de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos nacional e

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

institucionalmente. Além disso, cabe lembrar que, culturalmente, a Universidade possui vários espaços que possibilitam processos avaliativos, tais como: Reunião da Reitoria com representação discente; Ouvidoria; Conselhos de Classe utilizados por alguns cursos, dentre outros. Todos estes processos subsidiam os relatórios produzidos pela CPA/SEAI.

2.7 A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO: AS DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DOS RELATÓRIOS PARCIAIS E DO RELATÓRIO FINAL

A consolidação do processo de autoavaliação institucional, na UNESC, ocorre por meio da elaboração dos relatórios. Tanto os parciais, quanto os finais, são considerados instrumentos aplicados ao processo de melhoria da gestão institucional, bem como percebidos como elementos norteadores de discussões que induzem a qualidade na Universidade. Nesse sentido, os relatórios produzidos possuem diretrizes que devem ser observadas, de maneira que seja possível ampliar a utilidade destes instrumentos, bem como potencializar seu uso por diversas instâncias institucionais.

Na UNESC, a produção dos relatórios de avaliação observa as demandas do respectivo processo e a linguagem observada pelo segmento avaliado, de forma que seja possível apresentar, a cada segmento, as informações relevantes sobre a avaliação que ocorreu. Os relatórios, portanto, são elementos norteadores da produção de conteúdo sobre avaliação institucional, bem como instrumentos de gestão para os diversos segmentos institucionais.

Nesse sentido, tanto para os relatórios parciais quanto para os finais, as diretrizes estabelecidas para o seu desenvolvimento são as seguintes:

- ✓ Sistematizar o envolvimento e a participação de todos no processo: apresentar os percentuais de participação de cada segmento, em comparação com a proposta desenvolvida no Plano Amostral. Em suas considerações finais, o relatório incluirá, ainda, recomendações para que a instância responsável pelo segmento possa orientar o incremento, se necessário, dos índices de participação;
- ✓ Resgatar os pontos fortes do processo de sensibilização: apresentar os eventos de sensibilização que ocorreram, bem como a quantidade e as demandas dos participantes. Nas considerações finais, apresentar o que foi realizado para

equacionar as demandas apresentadas pelo segmento, e os encaminhamentos necessários para observá-las;

- ✓ Recomendar as estratégias que serão utilizadas para incentivar a apropriação dos resultados: os relatórios, em suas considerações finais, podem propor alternativas para incentivar a utilização e a apropriação dos resultados pelo segmento, de maneira que seja possível atingir a todos os interessados pelos resultados. Estas ações, que podem ser desenvolvidas em parceria com a CPA/SEAI, e servirão como referencial para a discussão dos resultados e, no momento oportuno, de recomendações relacionadas com a metaavaliação;
- ✓ Ser analítico: Os relatórios também discutirão os pontos fortes, criticar os pontos frágeis, realizar comparações com o PDI e com os avanços das avaliações anteriores. Realizar, respeitando o caráter consultivo da CPA, projeções na medida em que elas, antes de se considerarem legítimas, devem ser analisadas pelos responsáveis dos segmentos avaliados para posterior divulgação às instâncias pertinentes.
- ✓ Orientar divulgações analíticas: Na medida em que os relatórios proporcionarem elementos analíticos, provenientes de elementos metodológicos coerentes com a sua finalidade, bem como com o paradigma defendido na avaliação institucional da Universidade, de modo que os procedimentos metodológicos se fortaleçam e se consolidem.

Nesse sentido, considerando a autoavaliação como um momento em que cada setor estabelece um diagnóstico para possíveis realinhamentos de suas futuras ações, a construção dos relatórios torna-se uma etapa fundamental para a proposição de avanços. Assim a CPA, a partir de um roteiro estabelecido alinhado as diretrizes legais e ao instrumento de avaliação, orienta os segmentos envolvidos em cada ano, na elaboração dos seus relatórios parciais, buscando o maior número possível de evidências que demonstram o trabalho desenvolvido, realizando uma análise crítica que possibilite diagnosticar seus avanços e também os desafios que ainda necessitam ser superados para a melhoria e qualificação das atividades e ações desenvolvidas no âmbito de sua dimensão. De posse dos relatórios parciais a CPA, analisará o

conteúdo que servirá de base para a elaboração dos Relatórios de Autoavaliação, quer sejam parciais ou conclusivo.

Com base nessas orientações, o relatório de autoavaliação institucional, segundo a Nota Técnica nº 065/2014/INEP/DAES/CONAES, deverá conter cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. Nesse sentido, considerando as diretrizes estabelecidas, o Relatório apresentará a **Introdução**, em que destaca dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados neste campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral. No caso dos relatórios parciais, ela contextualiza do processo, em função de suas características principais. A **Metodologia** apresenta os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados. Já no **Desenvolvimento**, serão apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição. Será, ainda, organizada em cinco eixos que contemplam as dez dimensões instituídas pelo SINAES. No caso dos relatórios parciais, é nele que se apresentam as características da aplicação do processo avaliativo.

No capítulo de análise dos dados e das informações serão analisados os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento, a partir dos procedimentos metodológicos preconizados, orientando ações de contingência, planejamento e execução que serão desencadeadas à posteriori. Nesta seção se realizará um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também será evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no PDI, considerando o perfil e a identidade da IES.

Por fim, **há uma seção de Ações com base na análise**, que é uma seção mais propositiva. Nela, as ações serão previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição. As **Considerações Finais** constituem-se de síntese interpretativa do trabalho desenvolvido, retomando-se as ideias mestras contidas no relatório. Podem-se acrescentar recomendações, que são declarações concisas de ações julgadas necessárias, a partir das conclusões obtidas.

2.7.1 O processo de divulgação dos resultados – Promovendo a Apropriação dos dados pela comunidade acadêmica

O processo de divulgação dos resultados da avaliação, na UNESC, é um movimento que reafirma o compromisso institucional com a CPA e o SEAI, na medida em que se constituem momentos e movimentos aplicados à promoção da melhoria contínua dos processos institucionais e da própria avaliação. São momentos em que os resultados são discutidos, exaustivamente e de forma analítica, com a participação de todos os segmentos envolvidos com a comunidade acadêmica da UNESC, sinalizando os destaques e desafios apontados nos instrumentos, proporcionando reflexões contextualizadas, vinculadas aos resultados avaliativos.

A autoavaliação da UNESC, considerando as dinâmicas de avaliação institucional que são desenvolvidas pela Universidade, apresenta todos os direcionamentos relacionados com o processo de construção, desenvolvimento e divulgação dos resultados, tendo nas metodologias escolhidas o suporte necessário para a orientação de cada uma das etapas. Estes processos ocorrem por meio de eventos, sendo que o principal é o Seminário de Avaliação Institucional, realizado com a comunidade acadêmica anualmente, para a apresentação dos resultados dos relatórios, promovido pela CPA, com a parceria do SEAI, após a divulgação dos resultados para a gestão superior.

Nas análises e divulgações precisa-se considerar os resultados e o referencial do PDI, de modo que seja possível analisar os dados em séries históricas que permitem uma leitura sistemática de todo o processo, fornecendo subsídios para os diversos fóruns temáticos criados e que são devidamente registrados no contexto da instituição. Além disso, no sentido de melhor divulgar as ações, a CPA/SEAI define como estratégias de ampliação da divulgação dos dados, os seguintes aspectos:

- ✓ **Potencialização da Página da Avaliação Institucional:** Utilizando-a como um repositório de informações, que dialoga com gestores, estudantes, docentes e técnicos administrativos. Nela constará vídeos, relatórios postados no e-MEC, e outras informações que possam ganhar movimento no percurso frequentado

pelos “consumidores” dos resultados da avaliação. A página viabiliza canais eficazes de comunicação entre a comunidade externa e os responsáveis pela avaliação, contribuindo para viabilizar ações de sensibilização e divulgação dos resultados da autoavaliação. Além disso, o sítio institucional também fomenta a apropriação dos dados pela comunidade acadêmica, na medida em que há o potencial de promover engajamento. A página apresenta, ainda: pautas temáticas com o objetivo de socializar conteúdos gerados pela avaliação institucional e de contribuir para o fortalecimento da cultura interna de avaliação da UNESC, como também, para o público externo.

- ✓ **Produção de conteúdo:** Que ocorre para fomentar o movimento dos resultados da avaliação no âmbito das redes sociais, com o auxílio da Assessoria de Comunicação e Marketing da UNESC. Isso permite “customizar” os resultados para atender a usuários das diversas mídias sociais, que são aquelas em que há o maior trânsito dos usuários e beneficiários da avaliação. Além disso, há também a produção de material gráfico para promover os resultados, bem como fomentar reflexões relacionadas com o desenvolvimento do processo. As diretrizes para a produção dos materiais serão produzidas em conjunto, considerando os ensejos dos segmentos envolvidos com a avaliação;
- ✓ **Ações proativas de comunicação:** Que ocorrerá por meio de fóruns temáticos com os segmentos, para discutir temas relacionados as necessidades dos envolvidos. Os fóruns, ou as reuniões de trabalho, vão acometer temáticas relacionadas, por exemplo, ao ENADE, CPC, ações para a avaliação interna e externa, a importância da avaliação institucional e o uso dos resultados pelos gestores.
- ✓ **Fomentar ações com outros Canais de Comunicação:** Ocorre pela produção de conteúdos publicados em jornais de grande circulação da região, bem como pela participação em programas de TV, tais como o da TV UNESC, e outras ações que ocorrem, de maneira esporádica e assistemática, para proporcionar a divulgação dos resultados.

2.7.2 O fluxo da meta-avaliação

A meta avaliação é um processo que permite a identificação das evidências que legitimam, em um determinado contexto social, um processo avaliativo. Do ponto de vista contemporâneo, Davok (2011) destaca que ela é um processo que permite estabelecer padrões para a conduções de um processo avaliativo, de maneira adequada, útil e estruturalmente consistente. Para a autora, com as bases no trabalho de Scriven (1991), a meta avaliação avalia a avaliação, sob a luz de critérios que fomentam reflexões sobre a procedência da atividade desenvolvida.

Ancorado nestes aspectos, na UNESC, a meta avaliação será adotada também na perspectiva de Stufflebeam (2011) e sob a ótica do Joint Committee (2011), considerando as possibilidades de condição de julgar um processo avaliativo, com elementos de natureza sistemática, a partir das condições de utilidade, viabilidade, adequação e precisão de um processo avaliativo. Isso se reflete em uma construção pautada na identificação dos interessados, na credibilidade do avaliador, no alcance e seleção das informações, na identificação dos valores, na agilidade da produção e disseminação das informações e no impacto da avaliação

A figura 3, sistematiza o viés observado para o processo de meta avaliação, na UNESC:

Figura 1 -Padrões da Meta Avaliação

Padrões de Utilidade	Descrição
U1 - Identificação dos interessados	Identificar todos os atores envolvidos ou interessados que serão afetados pela avaliação, para que suas necessidades possam ser consideradas.
U2 - Credibilidade do avaliador	A avaliação deve ser conduzida por profissionais habilitados e competentes para exercício dessa atividade.
U3 - Alcance e seleção das informações	Deverão ser coletadas e selecionadas informações pertinentes para a elaboração das questões que afetam o programa de forma que atendam às necessidades e aos interesses dos envolvidos.
U4 - Identificação dos valores	As perspectivas, procedimentos e lógicas utilizadas para interpretar os achados deverão ser cuidadosamente descritos, considerando que serão as bases para os julgamentos de valor.
U5 - Clareza do relatório	Os relatórios de avaliação devem, objetivamente, descrever o que foi avaliado, incluindo o seu contexto, propósitos, procedimentos e achados, sendo essencial que forneçam informações para sua fácil compreensão.
U6 - Agilidade na produção e disseminação da informação	Os achados significativos identificados no decorrer da avaliação e o relatório devem ser disseminados a fim de ser usados a tempo.
U7 - Impacto da avaliação	As avaliações devem ser planejadas, conduzidas e reportadas de forma que encorajem o acompanhamento e participação dos interessados, para aumentar a probabilidade de utilização.

Fonte: Adaptado de Worthen, Sanders e Fizpatrick (2004)

Sob a orientação destes aspectos, na UNESC, a meta avaliação ocorre observando, também, as seguintes diretrizes:

- ✓ Ciclo avaliativo: Ao final de cada triênio estabelecido no projeto, com a intenção de avaliar o processo de maneira integral e sistêmica;
- ✓ Participação de representantes da comunidade acadêmica: promovendo um processo que conte com a participação dos segmentos representados na CPA, mas não restrito a eles. Isso vai permitir que os usuários da avaliação possam criticá-la;
- ✓ Resultados propositivos e uteis a nova sensibilização: A partir dos resultados, haverá a aplicação do processo de sensibilização, de maneira que seja possível engajar a comunidade acadêmica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade de uma Instituição de Ensino Superior com uma gestão efetiva, leva a um compromisso com um processo de consciência de que o autoconhecimento contribuirá para aperfeiçoar a qualidade das atividades e ações desenvolvidas pelos sujeitos. Este autoconhecimento se traduz numa sistemática de avaliação contínua.

Portanto, a avaliação deve constituir-se de num momento crítico e reflexivo envolvendo os segmentos da Instituição de forma interativa e participativa. Para isso, a cultura da avaliação precisa fazer parte de todos os contextos da instituição para que ela seja vista não como um fragmento de análise parcial e pontual, mas como um processo dinâmico, importante, imprescindível e transparente em todos os processos decisórios da IES.

Assim, a avaliação vem contribuir para a melhoria da qualidade educativa, possibilitando projetar o futuro, tendo como parâmetros de referencial, os caminhos trilhados a fim de superar os percalços, estabelecendo os desafios e redirecionando para um novo olhar, prospectivo de modo que consolide cada vez mais, sua missão.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. In: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo. (Org.) *Universidade desconstruída: Avaliação Institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências**. Publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2004. Disponível em <<http://goo.gl/DSs1PQ>> Acesso em 18 abr.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep Diretoria de Avaliação da Educação Superior – Daes. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**: Subsidiaria os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial) Brasília: MEC, 2014. Disponível em <<http://goo.gl/GExcu4>> Acesso em abr.2016.

MORGAN, Gareth. Paradigms, metaphors, and puzzle solving. In *Organization theory*.Administrative. *Science Quarterly*. V. 25. N. 4, 1980.

SCRIVEN, M. **Evaluation thesaurus**. 4. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991. Disponível em: <http://books.google.co.nz/books/about/Evaluation_Thesaurus.html?id=koL0Fs_ZSvQC>. Acesso em: 10 dez. 2014.

SERPA PINTO, Rodrigo. **Meta-avaliação: uma década do processo de avaliação institucional do SINAES**. Tese (209 fls). Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2015.

SINAES-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 5. ed., revisada e ampliada, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo. Introdução. In: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo. (Org.) *Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.

STUFFLEBEAM, D. L. The metaevaluation imperative. **American Journal of Evaluation**. Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. A avaliação institucional e a redefinição das estruturas e modelos das instituições de ensino superior do país. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação da Educação Superior**. Campinas-SP: RAIES, v. 9, n. 3, set./2004. Disponível em <<http://goo.gl/HBKIFI>> Acesso em 18 abr.2016

UNESC. CONSU. Resolução 12/2012, Disponível em <<http://goo.gl/YFGtgy>> Acesso em 18 abr.2016

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO A - RELAÇÃO DE AVALIAÇÕES INTERNAS (AUTOAVALIAÇÃO) PROMOVIDAS PELO SEAI⁶

Avaliação	Objetivo	Segmento Pesquisado	Periodicidade Prevista
1. Avaliação da Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante (CPAE) (AI.1)	Identificar o conhecimento dos estudantes acerca da CPAE, bem como dos serviços e programas coordenados por ela e diagnosticar a satisfação do estudante em relação ao atendimento realizado pela CPAE.	Discentes	Prevista trienal
2. Avaliação da Formação Continuada Docente da UNESC (AI.2)	Avaliar o grau de satisfação do professor com relação à Formação Continuada, possibilitando, assim, adequações e melhorias para futuras edições.	Docentes	Semestral
3. Pesquisa para o Programa de Formação Continuada de Docentes (AI.2.1)	Levantar as necessidades de formação na percepção dos(as) docentes para implementação no Programa de Formação Continuada, edição 2016/1.	Docentes	Realizada em 2015/2
4. Avaliação da Imagem Institucional da UNESC pela Sociedade Civil Organizada (AI.3)	Avaliar a imagem da Unesc e seus resultados, a missão institucional, a responsabilidade social e a comunicação com a sociedade.	18 instituições (públicas, privadas e Ongs da Amrec e Amesc).	Bienal com apoio do IPESE
5. Avaliação da Infraestrutura oferecida pela UNESC (AI.4)	Conhecer o grau de satisfação dos alunos sobre a infraestrutura oferecida pela UNESC.	Discentes	Trienal
6. Avaliação das Clínicas Integradas de Saúde (AI.5)	Conhecer o grau de satisfação dos usuários com relação ao atendimento prestado pelos Serviços de: Enfermagem, Nutrição, Medicina, Odontologia, Psicologia, Farmácia Escola e Solidária, Fisioterapia e SOS.	Usuários atendidos	Bienal
7. Avaliação das Unidades Acadêmicas – UNAs (AI.6)	Avaliar o desempenho e estrutura organizacional das UNAs, visando à melhoria da qualidade Institucional.	Coordenadores de Cursos	Trienal
8. Avaliação do Clima Organizacional (AI.7)	Avaliar o grau de satisfação dos docentes e técnico-administrativos com a Instituição e o seu processo de gestão.	Técnico-Administrativos e Docentes	Bienal
9. Avaliação do Docente pelo Coordenador de Curso da Graduação (AI.8)	Realizar a avaliação em conjunto com o professor, visando a melhoria dos processos pedagógico e administrativo.	Coordenadores de Curso	Semestral
10. Avaliação do Egresso da Graduação (AI.9)	Conhecer a opinião dos egressos da graduação da UNESC acerca da formação recebida; Identificar a situação profissional atual dos egressos; e Identificar sua opinião em relação à imagem da Universidade.	Egressos da Graduação	Trienal
11. Avaliação do Egresso sob a Ótica do Empregador (AI.10)	Conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da UNESC	Empresas e escolas da região	Realizada em 2015
12. Avaliação de Desempenho Docente e de Turma (AI.11)	Avaliar os cursos, considerando a autoavaliação e desempenho docente e da turma, visando à melhoria da qualidade de ensino.	Discentes e Docente	Semestral
13. Avaliação de Desempenho Docente – Cursos EaD (AI.11.1)	Avaliar o desempenho docente no desenvolvimento de suas atividades no curso de graduação na modalidade a Distância, nos aspectos	Discentes	Semestral

⁶ Atualizado em 26.04.2018

Avaliação	Objetivo	Segmento Pesquisado	Periodicidade Prevista
	didático/metodológicos/conteúdo, bem como a infraestrutura de apoio ao ensino.		
14. Avaliação da Medicina (AI.11.2)	Avaliar o curso, considerando a autoavaliação e desempenho docente, preceptor, tutor e coordenador de módulo, visando à melhoria da qualidade de ensino.	Discentes	Modular
15. Avaliação da Feira das Profissões (AI.12)	Avaliar o grau de satisfação do visitante com relação ao evento, analisando-o de forma integrada, possibilitando adequações e melhorias para futuros projetos.	Participantes	Anual
16. Avaliação do Festival Unesc em Dança (AI.13)	Avaliar o grau de satisfação com relação ao festival, possibilitando adequações e melhorias para futuros projetos.	Participantes e público em geral	Anual
17. Avaliação do Seminário de Avaliação Institucional (AI.14)	Avaliar o grau de satisfação do público com relação ao seminário, analisando o evento de forma integrada, possibilitando, assim, adequações para futuras edições.	Docentes, Técnico-Administrativos e Discentes	Anual
18. Avaliação do Setor de Avaliação Institucional (AI.15)	Buscar elementos para averiguar em que medida o Setor de Avaliação Institucional pode contribuir para o fortalecimento das ações e/ou planejamento e gestores desta Universidade.	Gestores	Trienal
19. Avaliação dos Cursos de Extensão de Pequena e Média Duração (AI.16)	Verificar a satisfação do extensionista com relação ao curso oferecido.	Extensionistas	Ao final de cada evento
20. Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (IA.17)	Avaliar o desempenho do professor em relação à disciplina ministrada no curso e avaliar o grau de satisfação do aluno quanto ao curso de especialização que concluiu.	Discentes	Ao final de cada disciplina
21. Avaliação dos Estágios Obrigatório – Escolas (AI.18)	Analizar o grau de satisfação das escolas de ensino fundamental e médio que fazem parceria com a UNESC no estágio dos cursos de licenciatura.	Diretores, Orientadores, Supervisores e/ou professores responsáveis pelo estágio supervisionado na escola	Bienal
22. Avaliação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (AI.19)	Avaliar o desempenho do professor em relação à disciplina ministrada, buscando a melhoria da qualidade de ensino.	Discentes	Ao final de cada disciplina
23. Avaliação dos Egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu - PPGCS (AI.19.1)	Conhecer a opinião do egresso do mestrado e/ou doutorado sobre o PPGCS, visando à melhoria da qualidade do ensino, bem como a influência da capacitação na sua atuação profissional	Egressos do Mestrado e Doutorado do PPG	Trienal
24. Avaliação dos Egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu - PPGCA (AI.19.2)	Conhecer a opinião do egresso do mestrado e/ou doutorado sobre o PPGCA, visando à melhoria da qualidade do ensino, bem como a influência da capacitação na sua atuação profissional	Egressos do Mestrado e Doutorado do PPG	Começou em 2016 - Trienal
25. Avaliação dos Egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu - PPGCE (AI.19.3)	Conhecer a opinião do egresso do mestrado sobre o PPGCEA, visando à melhoria da qualidade do ensino, bem como a influência da capacitação na sua atuação profissional	Egressos do Mestrado do PPG	Começou em 2016 - Trienal

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Avaliação	Objetivo	Segmento Pesquisado	Periodicidade Prevista
26. Avaliação dos Egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu - PPGScol (AI.19.4)	Conhecer a opinião do egresso do mestrado profissionalizante sobre o PPGScol visando à melhoria da qualidade do ensino, bem como a influência da capacitação na sua atuação profissional	Egressos do Mestrado do PPG	Em estudo
27. Avaliação dos Projetos de Extensão (AI.20)	Verificar o grau de satisfação dos representantes das entidades ou grupos sociais nas quais as ações dos projetos de extensão são executadas.	Representantes das entidades ou grupos sociais	Ao final de cada evento
28. Avaliação da Política para a Pesquisa (IA.21)	Avaliar o conhecimento dos envolvidos em atividades de pesquisa sobre as Políticas de Pesquisa da UNESC	Alunos (GP), Professores (GP e Stricto Sensu) e Gestores	Bienal
29. Avaliação da Política para a Pesquisa, pelo Professor na Docência (Não pesquisador). (IA.21.1)	Avaliar o conhecimento dos envolvidos na docência sobre as Políticas de Pesquisa da UNESC	Professores que ministram aula, mas não estão envolvidos com grupos de pesquisa ou programas de pós-graduação	Bienal
30. Avaliação de Satisfação sobre o Atendimento da Ouvidoria (IA.22)	Conhecer o grau de satisfação em relação ao atendimento prestado pela Ouvidoria da Unesc.	Manifestantes	Semestral
31. Avaliação sobre as Aulas Experimentais (AI.23)	Verificar o grau de satisfação dos visitantes que participam da aula experimental na Graduação.	Estudantes do ensino médio	Ao final de cada evento
32. Avaliação sobre as Visitas Orientadas (AI.24)	Verificar o grau de satisfação das atividades desenvolvidas dentro do programa junto aos visitantes, bem como sua receptividade.	Visitantes	Ao final de cada evento
33. Avaliação sobre os serviços e ações desenvolvidas pela UNESC (AI.25)	Avaliar as ações desenvolvidas pela UNESC e atender aos propósitos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) relacionados ao Ensino/Pesquisa e Extensão, Planejamento e Avaliação, Missão e PDI, Responsabilidade Social, Comunicação com a Sociedade, Organização e Gestão, Sustentabilidade Financeira, e Infraestrutura.	Professores e Técnico-administrativos	Bienal
34. Avaliação das Políticas para a Extensão (AI.26)	Avaliar o conhecimento dos envolvidos em atividades de extensão sobre as Políticas de Extensão da UNESC.	Gestores, professores e acadêmicos envolvidos em atividades de extensão	Realizada Bienal
35. Perfil do Acadêmico Ingressante da Graduação (AI.27)	Conhecer o perfil sócio-econômico-cultural do acadêmico ingressante.	Discentes ingressantes	A cada 1/5 ano
36. Avaliação dos Cursos de Capacitação Gratuitos Semipresenciais (AI.28)	Avaliar o curso de nivelamento oferecido, visando a melhoria das próximas edições.	Discentes	Realizada em 2015 (Pontual)
37. Avaliação para a Pós-Graduação – Concluintes da Graduação (AI.29)	Identificar interesse na Pós-graduação e Extensão junto aos dos Concluintes da Graduação da UNESC, visando obter dados que possam nortear ações estratégicas do setor.	Discentes formandos da graduação	Em estudo
38. Pesquisa sobre demanda de cursos técnicos profissionalizantes e extensão junto a gestores de organizações - 2015 (AI.30)	Avaliar demanda para cursos profissionalizantes e pós-médio e cursos de extensão junto a empresas da região	Empresas (Acic), Hospitais Prefeituras, Construção Civil, Sindicatos da AMESC e AMREC	Realizada em 2015 (Pontual)

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Avaliação	Objetivo	Segmento Pesquisado	Periodicidade Prevista
Avaliação do Serviço de Orientação Legal (AI.31)	Conhecer o grau de satisfação do usuário do serviço vinculado às casas da cidadania, ao projeto avançado de conciliação e/ ou a unidade judiciária de cooperação.	Usuário atendido pelo serviço	Começou em 2014 - Trienal
Avaliação do Atendimento da SAMA – Graduação (AI.32)	Conhecer os indicadores de busca e qualidade do atendimento do SAMA junto aos acadêmicos da graduação.	Discentes da graduação atendidos	Semestral
Avaliação do Atendimento da SAMA – Colégio Unesc (AI.33)	Conhecer os indicadores de busca e qualidade do atendimento do SAMA junto aos pais ou responsáveis pelos estudantes do colégio.	Pais ou responsáveis pelos estudantes do colégio atendidos	Semestral

Fonte: SEAI/2018

